



POR UMA PAC MAIS JUSTA E SOLIDÁRIA

A agricultura familiar, os pequenos e médios agricultores e agricultoras possuem uma dimensão inigualável na União Europeia. São estes agricultores e agricultoras, presentes em todos os países numa larga maioria, que com o seu trabalho criam riqueza, alimentam as populações com alimentos saudáveis, que preservam as sementes e os modos de produção tradicionais, que fixam populações nos meios rurais. A agricultura familiar desempenha ainda um papel fundamental na preservação do meio ambiente e da biodiversidade, na defesa do bem-estar animal e está na linha da frente no combate às alterações climáticas.

Hoje o reconhecimento do papel da agricultura familiar e dos pequenos e médios agricultores e agricultoras é inquestionável, a própria ONU o assume quando aprova em 2018 a Declaração dos Direitos dos Camponeses e Outras Pessoas que Trabalham em Zonas Rurais.

A Política Agrícola Comum – PAC não pode continuar a ignorar os agricultores e as agricultoras familiares, uma nova PAC tem de reconhecer a sua importância e promover todos os mecanismos para o seu desenvolvimento, assim como para a defesa da Soberania Alimentar dos países e regiões.

O apoio incondicional aos mais competitivos e uma visão da produção agrícola altamente industrializada e com graus de intensificação altamente insustentáveis, pertença essencialmente de grandes grupos económicos e fundos de investimento, que rege toda a aplicação da PAC, tem levado ao desaparecimento de milhões de pequenas e médias explorações Europeias (só entre 2013 e 2016, perderam-se 2 milhões de explorações familiares na UE), causando uma concentração cada vez maior da produção agrícola. Hoje 52% da SAU da UE é controlada por apenas 3% dos produtores e as 5 maiores indústrias agro-alimentares controlam 52% de todo o mercado. Uma concentração em que os únicos que ganham são os accionistas detentores dessas mesmas empresas.

Esta PAC, adaptada e vinculada aos acordos da OMC e tratados de “livre comércio”, tem como grande marca a eliminação dos pequenos e médios agricultores e agricultoras e da agricultura familiar, a concentração da terra e do aparelho produtivo com impactos ambientais e sociais inaceitáveis. Um rumo que no essencial não será interrompido com mais esta reforma da PAC.

São estas as razões que levam a CNA de Portugal, com o apoio da Coordenadora Europeia Via Campesina - ECVC e com a participação das suas organizações membro de Espanha, COAG, SLG, EHNE Bizkaia e SOC-SAT e de França, Confédération paysanne, a expressarem-se contra esta PAC, pela defesa de um modelo de agricultura social e sustentável cuja base sejam os pequenos e médios agricultores e agricultoras e a agricultura familiar, por uma produção amiga do ambiente produtora de alimentos saudáveis, numa manifestação em Lisboa à porta de Presidência da UE no dia 14 de Junho.

Dizemos não à actual PAC - Defendemos uma PAC mais Justa e Solidária

Em concreto propõe-se:

1. Melhoria do Rendimento dos Agricultores

Para a agricultura familiar e para os pequenos e médios agricultores e agricultoras o preço que lhes é pago e o escoamento dos seus produtos são as condições essenciais para uma vida condigna e para obterem um rendimento justo do seu trabalho. Para que existam preços justos à produção e para que os agricultores e agricultoras possam escoar os seus produtos a PAC deve retomar medidas de controlo do mercado, que permitam uma melhor distribuição do valor gerado em toda a fileira (os agricultores ficam hoje com uma parte muito pequena de todo o valor gerado). A proposta de reforma da PAC ignora esta questão e aposta na continuidade de um mercado altamente liberalizado, sob a suposta auto-regulação que nunca funcionou nem vai funcionar.

A par dos preços justos precisamos de ajudas pagas a quem realmente produz, mais bem distribuídas, hoje 20% dos beneficiários da PAC continuam a concentrar mais de 80% de todas as ajudas directas, para isso será preciso:

- Aplicação obrigatória da redução de pagamentos a partir dos 60 000€ e um plafonamento aos 100 000€;
- Aplicação obrigatória do pagamento redistributivo, com a alocação de uma percentagem dos pagamentos directos, que permita contrariar de forma significativa a actual concentração de ajudas;
- Aplicação obrigatória do regime da pequena agricultura;
- A definição de agricultor activo, com uma efectiva ligação das ajudas à produção, não se pode ficar por uma lista negativa de aplicação facultativa.

2. Defesa de uma Produção Agrícola Amiga do Meio Ambiente

A defesa efectiva do meio ambiente e a produção sustentável de alimentos pode e deve ser conseguida através da valorização das práticas da agricultura familiar. Assistimos hoje a uma verdadeira tentativa de “pintar de verde” a PAC. No final e na folha de cálculo tudo poderá bater certo, mas na realidade o que irá acontecer é que no fundamental as alterações decorrentes das regras ambientais vão continuar a apoiar os mesmos de sempre, já que se apoiam práticas e não modos de produção realmente sustentáveis.

Defendemos uma realocação da produção, da comercialização e do consumo com a aposta nos circuitos curtos de comercialização e a dinamização dos mercados locais. Defendemos a valorização dos modos de produção tradicionais, a biodiversidade e os direitos dos agricultores e agricultoras a utilizarem e trocarem as suas sementes. Defendemos uma produção pecuária respeitadora do bem-estar animal. Defendemos a adopção de modos de produção amigos do meio ambiente com o apoio e desenvolvimento da agroecologia e dos sistemas alternativos de certificação.

Continua a ser necessário aplicar aos produtos agrícolas importados de países terceiros os mesmos requisitos que são impostos à agricultura europeia, nomeadamente em termos de normas sanitárias e ambientais, se assim não for, não se conseguirá, de facto, garantir uma alimentação saudável e segura a todos os consumidores Europeus.

3. Adopção da Condicionalidade Social

Como esta última crise sanitária deixou claro, tanto os pequenos produtores como os trabalhadores rurais, em grande parte migrantes, são uma população essencial para garantir a segurança alimentar da população, apesar de muitos se encontrarem em condições laborais e de vida degradantes provocadas pelo modelo agro-industrial.

É inconcebível aceitar violações dos direitos laborais, sociais e de exploração nas empresas sejam elas agrícolas ou não. A PAC deve dar o exemplo, por isso é necessário que a condicionalidade social das ajudas seja imediatamente aplicada, a fim de garantir que os beneficiários cumpram obrigatoriamente a legislação laboral em vigor e, em caso de infracções graves, as mesmas impliquem a perda destes apoios. Não é possível aceitar medidas brandas que se afastem da necessidade de vincular os subsídios da PAC ao respeito pelos direitos dos trabalhadores.

A PAC precisa de uma verdadeira reforma, os agricultores e agricultoras familiares e as suas organizações muito têm lutado por um PAC mais justa e solidária, e muito vão continuar a lutar até à adopção de uma verdadeira política agrícola que promova o desenvolvimento das zonas rurais e permita o abastecimento das populações com alimentos de qualidade produzidos localmente pela agricultura familiar.

Lisboa, 14 de Junho de 2021

